

A RELAÇÃO ENTRE TRABALHO NA INFÂNCIA E INSERÇÃO DO TRABALHADOR ADULTO NA INFORMALIDADE

THE RELATIONSHIP BETWEEN THE CHILD WORK AND THE INSERTION IN INFORMAL WORK

Edicléia Lopes da Cruz Souza^{*}
Zelimar Soares Bidarra^{**}
Jefferson A. Ramundo Staduto^{1***}

RESUMO

O objetivo desse trabalho é analisar a relação entre trabalho na infância e inserção na informalidade. Partiu-se da hipótese de que quanto mais cedo um indivíduo começa a trabalhar, maior a probabilidade, quando adulto, de ingressar numa atividade informal no mercado de trabalho. Analisaram-se os trabalhadores paranaenses com idade entre 18 e 70 anos, com base nos dados extraídos da PNAD/2009. Os dados estatísticos, complementados pelos resultados econométricos, corroboraram a hipótese da pesquisa. Do total de trabalhadores paranaenses, 65,96% dos inseridos no mercado de trabalho informal ingressaram no trabalho com idade de até 14 anos. Desses, 20,16% eram ainda crianças com idade inferior a 9 anos.

Palavras-chave: Mercado de trabalho. Trabalho infantil. Informalidade.

ABSTRACT

This paper aimed at analyzing the relationship between the insertion of an individual in informal labor and his/her work in childhood, starting from the assumption that the earlier an individual starts working, the greater is the probability of being inserted in informal activity in the labor market as an adult. The analysis was carried out with the working people from Paraná state, aged from 18 to 70, based on data from PNAD/2009. The statistical results, complemented by econometrical results reinforced the previous research hypothesis. It was found that 65.96% of the workers in Parana State were inserted in the labor market at 14. From these, 20.16% were younger than 9 years.

Keywords: Labor market. Child labor. Informal work.

* Mestre em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, Professora Assistente da Universidade Estadual do Paraná - Unespar/Fecilcam *Campus* de Campo Mourão, e-mail edycleya@yahoo.com.br

** Doutora em Educação, Professora Adjunta da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste *Campus* Toledo, e-mail zelimar@yahoo.com.br

*** Doutor em Economia Aplicada, Professor Adjunto D da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste *Campus* Toledo, e-mail jstaduto@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

Na busca pela compreensão das modificações referente à força de trabalho, investigar o mercado de trabalho tornou-se uma necessidade por parte dos pesquisadores das mais diversas áreas. Dentre as diversas características pertinentes a esse mercado destaca-se, a partir de meados do século XX, o grau de informalidade.

Relatório sobre a queda da desigualdade no Brasil divulgado pelo Instituto de Pesquisa Aplicada (IPEA, 2006) mostra que os trabalhadores informais identificados como os “assalariados sem carteira assinada” mais os “trabalhadores por conta-própria” recebiam remunerações 30% a 40% inferiores às dos trabalhadores formais. Nesse mesmo ano, 55% da População Ocupada (PO) no Brasil estavam no mercado de trabalho informal, enquanto no Paraná o número passava de 51% da PO, o equivalente a mais de 2,7 milhões de pessoas absorvidas pelo mercado de trabalho informal (PNAD, 2006).

De acordo com Cacciamalli (1982), no mercado informal predominam trabalhadores com pouca escolaridade e baixa qualificação, além de jovens, idosos e trabalhadores sem capacitação para atender às exigências do mercado formal. Tafner (2006) diz que a capacitação dos indivíduos é adquirida através da educação. Na literatura consta que o trabalho infantil é um dos principais obstáculos à escolaridade e, conseqüentemente, à capacitação. Kassouf (2002), por exemplo, demonstrou que adultos que começaram a trabalhar muito cedo tiveram a sua renda prejudicada, pois, pelo fato de terem se inserido precocemente no mercado de trabalho, não adquiriram os conhecimentos necessários e tiveram que ocupar postos que não exigiam maiores habilidades e qualificação, com conseqüente baixa remuneração.

O pressuposto dessa pesquisa é que, ao analisar a relação existente entre inserção na informalidade e trabalho infantil, se confirme a presença de uma forte correlação entre essas variáveis, uma vez que o trabalho na infância reduz o aprendizado e a qualificação, o que aumenta as chances de inserção no trabalho informal. Conforme exposto, há uma diferença significativa entre os rendimentos recebidos pelos trabalhadores informais e formais. Se a baixa renda oriunda da execução da atividade informal não for suficiente para o sustento da família, é muito provável que isso levará também à inserção precoce no trabalho das crianças e dos adolescentes dessa família.

Kassouf (2002) mostrou, também, que havia famílias em que o trabalho da criança contribuía com até 40% da renda familiar e que, em geral, essa contribuição é importante devido ao fato da renda familiar ser muito baixa. Aquino *et al.* (2010) verificaram a transmissão do trabalho infantil intergerações e mostraram que, na área urbana, a probabilidade da criança ser trabalhadora infantil aumenta em 6,4%, quando o pai foi trabalhador precoce e em 9% quando a mãe o foi. Para a área rural, o aumento é ainda maior: 28% para quando o pai foi trabalhador na infância e 33% quando tal aconteceu com a mãe.

A preocupação está em torno da continuidade do ciclo de perpetuação do trabalho infantil e da informalidade, pois, se a pobreza leva ao trabalho informal, que gera baixa renda familiar, e se a baixa renda familiar promove o trabalho infantil, que dificulta a escolarização, impedindo por sua vez a qualificação do indivíduo, quando adulto o indivíduo estará mais propenso ao trabalho informal, tendendo ao recebimento de renda baixa. Tendo família, a renda familiar baixa novamente promoverá o trabalho de seus filhos, tornando o ciclo ininterrupto.

Nesse contexto, a questão que norteou esta pesquisa foi: seria o trabalho infantil um dos determinantes da inserção na informalidade no mercado de trabalho? Logo, a pesquisa se propôs a verificar qual a influência do trabalho infantil sobre a probabilidade de inserção dos trabalhadores paranaenses na informalidade no mercado de trabalho.

Para alcançar os objetivos propostos, foram utilizados dados referentes aos trabalhadores paranaenses adultos com idade entre 18 e 70 anos inseridos na condição de informal no mercado de trabalho. Esses dados foram obtidos a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em 2009. Para modelar a entrada precoce no mercado de trabalho como determinante da informalidade, adotou-se como método de estimação o modelo *probit*, o qual é comumente usado quando a variável dependente é de natureza qualitativa.

O estudo está dividido em quatro partes, além desta introdução. O tópico I contextualiza de forma sucinta questões relacionadas ao mercado de trabalho, bem como destaca a informalidade, procurando elencar as causas para a inserção dos trabalhadores nessa condição e suas consequências. No tópico II, tem-se uma breve apresentação da problemática do trabalho infantil no Estado do Paraná. No tópico III, são apresentadas a metodologia e a base de dados. No tópico IV, estão os resultados e as discussões decorrentes da aplicação do instrumental estatístico e econométrico. E, finalizando o estudo, são expostas as principais conclusões.

2. O MERCADO DE TRABALHO: INFORMALIDADE E TRABALHO INFANTIL

No Brasil, informal é considerado o mercado de trabalho em que os trabalhadores não possuem vínculo empregatício com carteira de trabalho assinada, além de ser visto como uma forma de produção que não se baseia no trabalho assalariado, e sim no trabalho familiar. Considera-se que é esse o mercado que absorve do setor formal os expurgados por razões de idade, de sexo, de condições físicas, de falta de qualificação, de falta de escolaridade, entre outras razões. Essa definição é a mais convencional e a mais utilizada pelos pesquisadores, pois, ainda, não há na literatura um consenso sobre a definição do que é a informalidade no mercado de trabalho.

Uma primeira definição conceitual veio no início da década de 1970, pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). Para essa Organização, trabalho informal é designado como aquele realizado à margem da legislação em vigor. Em meados da década de 2000, a OIT avaliou que em toda América Latina existiam 239 milhões de pessoas economicamente ativas, dessas 103 milhões trabalhavam na informalidade, ou seja, 47% da População Economicamente Ativa estavam exercendo alguma atividade sem proteção legal, sem direitos trabalhistas e outros benefícios (OIT, 2006a).

A informalidade nos países em desenvolvimento está associada às transformações ocorridas nos mesmos, sendo um problema com grande repercussão social na medida em que se verificam baixos rendimentos obtidos pelos trabalhadores e a precarização das suas condições de vida. Observando registros históricos e econômicos brasileiros, a informalidade evoluiu conforme o mercado de trabalho se desenvolveu desde o início do século XX. Segundo Pochmann (2008), na década de 1930, para cada dez trabalhadores brasileiros contratados, nove eram informais.

Entretanto, as discussões sobre a informalidade se ampliaram somente na década de 1970, quando alterações na estrutura produtiva deram uma nova roupagem à economia brasileira. De um lado, a transferência da população da área rural para a área urbana aumentou a formalização, pois, na medida em que essas pessoas ingressavam na indústria de forma regular, no quesito legal, reduzia a informalidade no campo, atividade até então estritamente informal. De outro, nas cidades, as atividades industriais não eram suficientes para absorver os intensos contingentes populacionais que migravam da área rural, o que provocou o aumento das subocupações, aumentando o nível da informalidade urbana.

Desde então, a informalidade no mercado de trabalho tem sido tema de várias abordagens acadêmicas. Dentre essas abordagens, cabe citar aquelas que, de diferentes modos, ressaltaram os impactos que giram em torno dos diferenciais de salários e das diferentes condições de trabalho entre os trabalhadores que exercem atividade no setor formal e os que estão na informalidade (CACCIAMALI,1982; CORSEUIL e SANTOS,2002; RAMOS,2002; IPEA,2006).

Além da questão formal/informal, as análises acerca do mercado de trabalho concentraram-se, também, nas diversas formas de discriminação e de ilegalidade possíveis. Atenta-se, inclusive, para discussões sobre determinada faixa etária e o modo como ocorre sua inserção no trabalho. A partir desses aspectos é que surgem as pesquisas sobre o trabalho exercido por crianças e adolescentes², problema ainda mais grave que o da falta de carteira assinada no trabalho, pois o trabalho infanto-juvenil, além de ser informal, é ilegal como também prejudicial e comprometedor.

Crianças e adolescentes estão presentes em todos estratos sociais, seja nas camadas sociais ricas ou nas mais baixas. Esta é uma das fases mais ricas da existência humana, como também o período em que mais se exigem cuidados e proteção. São as crianças que darão continuidade às gerações e manterão o sistema econômico funcionando, num futuro não muito distante. Diante dessa condição é que se discute o quão é importante a preservação da infância, considerando que, nessa etapa da vida, devem ser realizados os maiores dispêndios para o seu desenvolvimento

De acordo com o terceiro relatório sobre o trabalho infantil divulgado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 2010, do total da população mundial entre 5 e 17 anos, 215 milhões são trabalhadores (ILO, 2010). No Brasil, mesmo existindo a Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que proíbem o trabalho infantil, segundo informativo divulgado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS), em 2009, o número de crianças e de adolescentes trabalhadores, na faixa etária de 5 a 15 anos, era de 2.060.503 milhões (BRASIL/MDS, 2010). No Estado do Paraná, segundo a PNAD (2009), das crianças e dos adolescentes com idade que varia entre 10 e 17 anos, 16,40% já são trabalhadores e 24% das crianças com idade entre 5 a 9 anos ingressaram no mercado de trabalho, principalmente desempenhando atividades domésticas.

A literatura sobre o trabalho infantil pode ser dividida em três grupos distintos. O primeiro é composto por pesquisadores que buscam discutir os fatores que levam ao trabalho precoce. Barros, Mendonça e Velazco (1994); Kassouf (2002) são exemplos deles. No segundo, encontram-se trabalhos que identificam e enfatizam as consequências do trabalho infantil, como Moura (2004) e Nicolella (2006). Enquanto um terceiro grupo de autores analisa as políticas e os programas de combate ao trabalho de crianças e adolescentes, como Menezes Neto (2002) e Ferro (2003, 2007).

Quanto aos efeitos nocivos do trabalho precoce, Moura (2004) e Nicolella (2006) apontam que indivíduos inseridos precocemente no mercado de trabalho têm uma saúde física e mental piorada. Quando comparados às pessoas que começaram a trabalhar com idades mais avançadas, eles acumulam menos capital humano. Kassouf (2002) mostra que o trabalho infantil é prejudicial tanto para as crianças vitimadas, quanto para a sociedade em geral, principalmente nos aspectos relacionados à educação e à qualificação do indivíduo.

² De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei Federal nº 8069, de 13/07/1990), criança é o sujeito de 0 até 12 anos incompletos e adolescente é o de 12 a 18 anos incompletos.

Além disso, a autora aponta que o baixo nível educacional promove a inserção desses trabalhadores no mercado informal, que tendem a nele continuar, sem carteira assinada, recebendo salários menores ao do mercado formal e com condições de trabalho inadequadas. Cacciamalli (1982) e Kon (1997), em suas pesquisas sobre a informalidade no mercado de trabalho, constataam que nessa condição estão, em sua maioria, trabalhadores desqualificados e poucos instruídos. Assim, consensualmente na literatura sobre a informalidade, como abordada em Ulyseia (2005), a educação e a qualificação se tornam as condições necessárias para a não inclusão ou para a saída da condição de informal no mercado de trabalho.

Um dos obstáculos que dificulta a inserção, frequência ou aproveitamento escolar é o trabalho infantil, como apontado por vários pesquisadores, entre eles Antuniassi (1983); Basu e Tzannatos (2003); Kassouf (2000, 2002). Especificamente para o Estado do Paraná, a relação negativa entre trabalho infantil e educação, e como isso afeta o trabalhador na vida adulta, foi demonstrada no trabalho de Souza (2007).

Nesse sentido, esta pesquisa elegeu como fator principal, dentre os que podem estar relacionados à baixa ou à falta de qualificação do indivíduo, o trabalho na infância e ou na adolescência, para verificar se tal ocorrência impactou na condição de ocupação dos trabalhadores paranaenses no mercado de trabalho, predispondo-os à informalidade. Uma discussão ampliada acerca da problemática do trabalho infantil no Paraná se dá no próximo tópico.

3. O PARANÁ E O TRABALHO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Sendo o trabalho infantil um problema social de extensão mundial, o estado do Paraná não está livre de ter sobre seu território crianças e adolescentes trabalhadores. Segundo o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES, 2007a), no *ranking* nacional, o Paraná é o quarto estado com maior participação relativa de crianças e de adolescentes na idade de 10 a 17 anos no trabalho. Quando se refere aos menores de 14 anos, situa-se acima dos outros estados sulinos, com uma taxa de ocupação 7,8% das crianças com idade entre 10 a 13 anos, contra 5,2% de Santa Catarina e 6,7% do Rio Grande do Sul.

O estudo desenvolvido pelo referido Instituto revela que 56,5% das crianças com idade entre 10 e 13 anos estão em atividades do setor agrossilvopastoril, como a agricultura, principalmente na cultura do milho e do café, silvicultura, criação de animais, entre outras. Essa elevada incidência do trabalho precoce nas áreas rurais paranaenses pode ser explicada, em parte, pela forte presença da agricultura familiar nesse setor de atividade, característica marcante nos estados da Região Sul. O estudo destaca o fato de que, dos ocupados em atividades rurais na faixa etária entre 10 a 13 anos, 68,2% encontram-se trabalhando dentro de suas unidades familiares, sem remuneração (IPARDES, 2007a).

Dentre as pesquisas recentes sobre esse assunto para o Paraná, está o trabalho de Souza (2007) que, utilizando-se de dados da PNAD/2005, verificou a influência do trabalho infantil sobre a renda e a escolaridade dos trabalhadores paranaenses. A autora mostrou que as pessoas que ingressaram no trabalho com menos de 9 anos tinha a média de rendimentos e nível de escolaridade menor, se comparadas àquelas que ingressaram depois dos 18 anos. Na área rural a diferença é ainda maior. Observou que a diferença na escolaridade entre os trabalhadores que estavam com 40 anos e que começaram a trabalhar com menos de 9 anos de idade e os de mesma idade mas que ingressaram no trabalho com mais de 18 anos, é de, aproximadamente, 30%.

Nesse contexto, está a discussão em torno da perpetuação do ciclo de pobreza decorrente do trabalho infantil. Além de Kassouf (2000, 2002), também Souza (2007) discute a

diferença de renda e escolaridade entre os trabalhadores vítimas do trabalho na infância. A publicação da OIT (2006b) revela que a entrada precoce no mercado de trabalho no Brasil reduz os ganhos ao longo da vida em 13 a 20 por cento, impactando positivamente sobre a probabilidade de um indivíduo ser mais pobre no futuro. Ademais, por ter o nível educacional prejudicado, esses indivíduos, quando chegam à fase adulta, podem não conseguir melhores empregos e, muitas vezes, são obrigados a se inserirem em atividade informais.

Quando se analisa a população trabalhadora paranaense de 2009, ocupada segundo a escolaridade e sua condição no mercado de trabalho, tem-se a corroboração dessas informações. Na Tabela 1, comparando os dois setores de ocupação vê-se que 37,55% dos ocupados de maneira informal têm de 0 a 4 anos de estudo e, desses, 9,22% são analfabetos, número quase três vezes maior que o pessoal ocupado no setor formal com a mesma escolaridade. Enquanto que 27,35% de toda população ocupada formalmente ou possui o ensino médio completo, ou está na faculdade ou já concluiu o curso superior, apenas 13% dos informais têm a mesma condição. Destaca-se que 38,5% dos trabalhadores informais têm mais de 9 anos de estudo contra 65,8% do setor formal com essa mesma escolaridade.

Tabela 1: Distribuição de frequência e percentual da população paranaense ocupada, com idade de 18 a 70 anos, segundo nível de escolaridade e por condição na ocupação - 2009.

Anos de estudo	Informal		Formal	
	Frequência	%	Frequência	%
Sem instrução	210.201	9,22	99.482	3,40
1 a 4	645.770	28,33	336.177	11,48
5 a 8	543.583	23,85	564.229	19,27
9 a 11	576.024	25,27	1.126.938	38,49
> 11	303.789	13,33	800.786	27,35
Total	2.279.367	100,00	2.927.612	100,00

Fonte: IBGE/PNAD/2009.

As pesquisas que discorrem sobre a inserção na formalidade ou na informalidade chamam a atenção para a diferença de remuneração entre as ocupações nas duas modalidades, como em IPEA (2006). Os dados da Tabela 2 ratificam que, para o Paraná, no mercado formal de trabalho, a maioria da população (46,3%) ganha mais que 2 salários mínimos mensais, o que é quase o dobro da população que recebe o mesmo valor no mercado informal (24,69%). Na condição formal de trabalho, menos de meio por cento da população trabalhadora recebe até meio salário mínimo por mês. O contrário acontece no mercado informal, em que o maior número de pessoas ganha menos e até meio salário mínimo mensal.

Tabela 2: Distribuição, frequência e percentual da população paranaense ocupada, com idade de 18 a 70 anos, segundo a renda mensal recebida e por condição na ocupação - 2009.

Renda mensal (salário mínimo em R\$)	Informal		Formal	
	Frequência	%	Frequência	%
Até meio	602.089	26.41	3.273	0.11
> meio a 1	511.549	22.44	216.421	7.39
> 1 a 1,5	358.727	15.74	721.956	24.66
>1,5 a 2	244.168	10.71	630.319	21.53
>2	562.834	24.69	1.355.643	46.31
Total	2.279.367	100.00	2.927.612	100,00

Fonte: IBGE/PNAD/2009.

4. METODOLOGIA E FONTE DE DADOS

Para investigar se o trabalho na infância pode exercer influência sobre o fato de um indivíduo hoje adulto estar inserido na informalidade do mercado de trabalho, no sentido de estabelecer correlações entre essas duas variáveis, utilizou-se um modelo econométrico não linear, o modelo *probit*. Tal modelo, segundo Greene (2003), é comumente usado quando se tem uma variável dependente qualitativa.

Para o presente caso, considerou-se que todas as variáveis explicativas (exógenas) que influenciam na decisão de uma pessoa estar no mercado de trabalho informal são representadas pelo vetor \mathbf{x} e que os parâmetros β refletem o impacto de mudanças em \mathbf{x} na variável dependente. Também se entende que os resultados obtidos para a variável dependente (y) estão entre 0 e 1 e representam uma probabilidade. Assim, tem-se que:

$\text{Prob}(y = 1) = F(\beta' \mathbf{x}_i)$: Probabilidade de um indivíduo com determinadas características \mathbf{x} estar no mercado informal de trabalho. Se a variável explanatória for uma binária, cujos valores são 0 ou 1, os efeitos marginais são obtidos por:

$$\text{Prob}(y = 1 | \bar{\mathbf{x}}, d = 1) - \text{Prob}(y = 1 | \bar{\mathbf{x}}, d = 0) \quad (1)$$

Na equação, $\bar{\mathbf{x}}$ é a média de todas as outras variáveis e d é a variável explanatória binária. Importante é lembrar que, para qualquer distribuição utilizada, os parâmetros do modelo não correspondem ao efeito marginal. Os sinais dos parâmetros determinam apenas o sentido, se negativo ou positivo, do efeito marginal para as variáveis explicativas.

Esta proposta de pesquisa apresenta os efeitos marginais do modelo *probit*, representados por:

$$\mathbf{y} = F(\mathbf{x}_c, \mathbf{x}_b, \mathbf{x}_i, \mathbf{x}_f, \mathbf{u}) \quad (2)$$

Na equação: \mathbf{y} é o vetor da variável dependente que representa o ingresso no mercado informal de trabalho. A ela atribui-se valor 1 (*um*) se o trabalhador está na informalidade e 0 (*zero*) se o trabalhador não está na informalidade;

x_c é o vetor de variáveis explicativas contínuas, que representam as características individuais da pessoa entrevistada, no momento da pesquisa. Aqui foram incluídas a idade do indivíduo e seu nível de escolaridade, identificada pelo número de anos de estudo;

x_b é o vetor de variáveis explicativas binárias, que também indicam características individuais dos trabalhadores. Incluem-se, nesse grupo de variáveis, o sexo, o fato de o indivíduo ser migrante ou não, bem como a cor ou raça do mesmo;

x_i é o vetor que diz respeito à idade de ingresso no mercado de trabalho e capta se o entrevistado foi trabalhador infantil ou não;

x_f é o vetor das características familiares do indivíduo, que inclui o tamanho da família e a situação do domicílio (morador da zona urbana ou rural);

u é o vetor do termo de erro aleatório, que assume as pressuposições usuais.

Cabe lembrar que a principal variável explicativa desse estudo foi x_i , que captou a influência da idade de ingresso no mercado de trabalho sobre a probabilidade de o indivíduo estar na informalidade. Além disso, embora a maioria dos trabalhos que analisam o trabalho infantil e o trabalho informal inclua na análise a variável “renda da família”, neste trabalho não foi incorporada essa variável no modelo porque o importante seria obter a renda das famílias quando os atuais adultos eram crianças; contudo esta informação não está disponível na PNAD.

Os dados foram extraídos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada pelo IBGE em 2009. O dia de referência da pesquisa, em 2009, foi dia 26 de setembro e semana de referência foi de 20 a 26 de setembro. Da PNAD/2009 foram selecionadas as pessoas com idade entre 18 e 70 anos que declararam estar trabalhando na semana de referência da PNAD. O intervalo de idade dos indivíduos com limite mínimo de 18 anos e máximo de 70 anos se deu em função da permissão ao trabalho sem restrições pela legislação brasileira no primeiro caso e aposentadoria³ no segundo caso.

Para fins desta pesquisa, foram considerados como trabalhadores informais as pessoas que declararam estar em atividades classificadas como *conta própria, trabalhadores não remunerados, trabalhadores na construção para o próprio uso, trabalhadores na produção para o próprio consumo, empregados sem carteira e empregados domésticos sem carteira* (IBGE, 2009).

Quanto à identificação da idade de inserção no mercado de trabalho, isso foi possível porque, dentre as perguntas que compõem o questionário da PNAD, existe uma questão feita ao indivíduo sobre a idade em que ele começou a trabalhar. De acordo com a sua resposta e a idade definida pela legislação brasileira, como a ideal para ingresso ao trabalho, o pesquisador identifica se o entrevistado foi ou não um trabalhador na infância ou na adolescência. Para leitura e manipulação dos microdados da PNAD utilizou-se o *software SAS For Windows V8* e o *software Intercooled Stata 8.0* foi empregado para estimar as variáveis no modelo.

5. A RELAÇÃO ENTRE TRABALHO NA INFÂNCIA E INSERÇÃO DO TRABALHADOR PARANAENSE ADULTO EM OCUPAÇÕES INFORMAIS NO MERCADO DE TRABALHO

Para atingir o objetivo a que este trabalho se propôs, foi necessário analisar a população que declarou à PNAD estar inserida em alguma atividade econômica. Assim sendo,

³ Conforme a Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991, a aposentadoria é um direito somente a partir dos 65 anos para o homem e dos 60 para as mulheres. Por essa razão é que se optou por limitar a análise dessa pesquisa em 70 anos, pois se julga que nessa idade todos já são contemplados pelo benefício da aposentadoria e estão fora do mercado de trabalho.

os dados apresentados referem-se somente à População Ocupada (PO) no Paraná com idade entre 18 e 70 anos. Os trabalhadores foram agrupados e classificados de acordo com a atividade que exercem. A PNAD/2009 os classificou em 11 categorias conforme a posição na ocupação no trabalho principal na semana de referência. A Tabela 3 apresenta a frequência e a participação percentual dos trabalhadores em cada categoria.

Tabela 3: Distribuição da população ocupada paranaenses com idade de 18 a 70 anos de idade segundo a posição na ocupação - 2009

Posição na ocupação	Freq.	%
Construção para o próprio uso	5.406	0,10
Conta própria	995.051	19,11
Doméstico com carteira	113.575	2,18
Doméstico sem carteira	283.136	5,44
Empregado com carteira	2.163.493	41,55
Empregado sem carteira	650.953	12,50
Empregador	291.377	5,60
Funcionário Público	351.358	6,75
Militar	7.809	0,15
Trabalhador não remunerado	197.653	3,80
Produção para o próprio consumo	147.168	2,83
Total	5.206.979 ⁴	100,00

Fonte: IBGE/PNAD/2009.

Os *trabalhadores com carteira assinada* se destacam com a maior participação no total, mas apenas 41,55% dos trabalhadores estão nessa condição. Se somarem todos os trabalhadores formais, isto é, os que possuem carteira assinada, empregadores, funcionários públicos e militares, juntos conformam 56% da população. O restante são os trabalhadores considerados informais, sendo a maioria constituída pelos *trabalhadores por conta própria* (19,11%). Os que sobraram equivalem a cerca de 1/4 da população de trabalhadores paranaenses, sem registro em carteira, sem proteção e sem garantia de direitos trabalhistas. Somando as categorias respectivas ao setor formal e informal tem-se que os trabalhadores informais totalizam 2.279.367 indivíduos e os formais 2.927.612 pessoas.

Para identificar se houve influência da idade de inserção no mercado de trabalho sobre a condição atual dos trabalhadores paranaenses, eles foram estratificados de acordo com a condição atual na ocupação e a idade que declararam terem começado a trabalhar. Os dados estão compilados na tabela abaixo.

⁴ É preciso esclarecer que o total de pessoas ocupadas no Paraná com idade entre 18 e 70 anos é de 5.234.181, e, no entanto, as análises serão sobre um total de 5.206.979 indivíduos. A diferença de 27.202 pessoas se refere aos indivíduos que não quiseram declarar o rendimento mensal para a pesquisa. Como a variável renda é de suma importância para as análises aqui desenvolvidas, optou-se em excluir tais declarantes no intuito de eliminar o viés do resultado.

Tabela 4: Distribuição, frequência e percentual da população paranaense ocupada, com idade de 18 a 70 anos, segundo a idade em que começou a trabalhar e por condição na ocupação - 2009.

Idade em que começou a trabalhar	Informal		Formal	
	Frequência	%	Frequência	%
Menos de 10	479.558	21.04	323.963	11.07
De 10 a 14	1.024.627	44.95	1.134.201	38.74
De 15 a 17	486.692	21.35	868.837	29.68
= ou > de 18	288.490	12.66	600.611	20.52
Total	2.279.367	100.00	2.927.612	100.00

Fonte: IBGE/PNAD/2009.

Como pode ser visualizado na Tabela 4, mais da metade da população (66%) trabalhadora hoje inserida no mercado de trabalho informal ingressou na atividade laboral com idade de até 14 anos e, desses, 21% eram ainda crianças, com idade inferior a 10 anos. O menor percentual (12,66%) representa os indivíduos que ingressaram no trabalho com idade igual ou maior que 18 anos. Ao se analisar a população informal total do Paraná em 2009, pode-se dizer que 87,3% dessa população iniciaram sua vida de trabalhador ainda criança ou adolescente.

É relevante o fato de que, no setor formal, um percentual maior de trabalhadores começou a trabalhar somente a partir dos 18 anos de idade, isto é, 20,5% dos trabalhadores. Ao comparar as faixas etárias de inserção no trabalho em ambos os setores, observa-se que os trabalhadores que começaram a trabalhar após os 18 anos de idade no setor formal são quase o dobro do contingente na mesma condição do setor informal. Considerando o intervalo de menor idade, tem-se que os trabalhadores do setor informal, na menor idade de inserção no trabalho, ou seja, as pessoas ingressantes com menos de 10 anos de idade, são quase o dobro da população com mesma característica do setor formal. De modo geral, pode-se afirmar que a população trabalhadora paranaense, em sua maioria, iniciou-se no trabalho com idade entre 10 e 17 anos.

Com relação à idade de ingresso no mercado de trabalho, dentre os estudiosos do trabalho infantil, Kassouf (2002), que incluiu essa variável em suas análises, mostrou o impacto positivo entre a idade de ingresso no trabalho sobre a educação e sobre a renda dos indivíduos. Concluiu que, quanto mais tarde as crianças entram para o mercado de trabalho, maior é o nível de educação acumulado por elas, resultando na possibilidade de maior remuneração futura. Os mesmos resultados foram encontrados por Souza (2007) analisando dados para o estado do Paraná.

Na Figura 1, tem-se a distribuição de toda a População Ocupada do Paraná segundo a condição declarada na ocupação, se formal ou informal, a atividade em que o indivíduo estava inserido e com quantos anos começou a trabalhar. Observa-se, de forma geral, que a grande maioria dos trabalhadores iniciou-se no trabalho com idade de até 14 anos, tanto os que estão no trabalho informal quanto os formais. Analisando cada atividade de ocupação com as respectivas idades de inserção, tem-se que a agricultura é o setor que, em ambas as condições, absorveu a maior parte das crianças e dos pré-adolescentes.

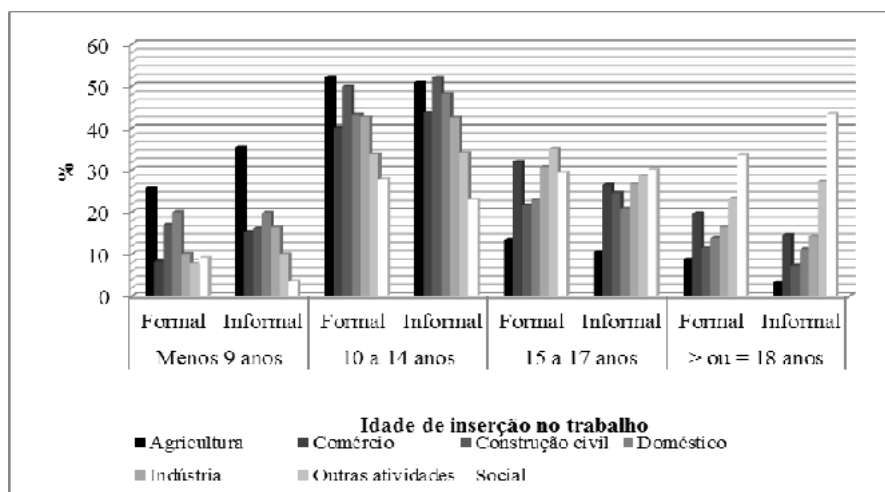


Figura 1: Distribuição da população ocupada paranaense com idade de 18 a 70 anos segundo o ramo de atividade, a condição na ocupação e idade de inserção no trabalho - 2009.

Fonte: IBGE/PNAD/2009.

Entre aqueles que começaram a trabalhar antes dos 10 anos de idade, 35,32% dos trabalhadores informais estão na agricultura. Somando-se a eles os trabalhadores que começaram a trabalhar com até 14 anos, é possível afirmar que 86% da população trabalhadora ocupada informalmente na agricultura começaram a trabalhar nessa faixa etária. A menor parcela da população está com os trabalhadores ingressantes no trabalho com idade igual ou acima de 18 anos e ligados à agricultura, sendo 3,27% nessa condição.

De modo geral, pode-se dizer que, pela Figura 1, para os trabalhadores ingressantes nos dois estratos de menor idade (menos de 10 e de 10 até 14 anos), os percentuais do setor informal são maiores em relação ao formal. A partir do momento em que se começa a verificar os trabalhadores ingressantes acima dos 15 anos no trabalho, observa-se uma inversão com maior participação dos trabalhadores formais, principalmente nas atividades associadas ao setor industrial, serviços e social. As atividades setor social e a agricultura se destacam como as que têm maior e menor participação, entre os trabalhadores informais ingressantes com idade maior ou igual a 18 anos, respectivamente. Por fim, tem-se que, do total de trabalhadores paranaenses que hoje estão com idade entre 18 e 70 anos, apenas 17% desses entraram para o trabalho com idade de 18 anos ou mais.

5.1 Análise da aplicação do modelo *probit* para estimativa da influência da idade de ingresso no trabalho sobre a condição informal na ocupação no mercado de trabalho paranaense

Considerando os diversos fatores que podem influenciar na inserção do trabalhador no mercado informal de trabalho, optou-se em incluir os fatores sexo do indivíduo, idade, escolaridade, cor ou raça, área de domicílio, tamanho da família e o fato de ser migrante ou não migrante, no modelo econométrico *probit*, que tem o objetivo de captar e mensurar a influência de cada uma dessas variáveis sobre a probabilidade de o indivíduo estar inserido na informalidade no mercado de trabalho paranaense.

Na Tabela 5 são apresentados os efeitos marginais do modelo para o ingresso no mercado de trabalho informal da população trabalhadora do Paraná. Analisando as características pessoais dos trabalhadores que estão com idade entre 18 e 70 anos, tem-se que a variável idade (idade atual) do indivíduo influencia positivamente quanto ao ingresso no

mercado de trabalho formal. Nesse resultado, o sinal negativo que acompanha o coeficiente dessa variável indica que, conforme a idade de ingresso do indivíduo aumenta, eleva-se a probabilidade dele se inserir numa ocupação formal – fato que pode ser explicado pelo acúmulo de tempo no trabalho, pelo ganho de experiência na atividade e pela especialização, que só pode ser adquirida com o tempo.

Porém, a partir de certa idade, o vigor e a disposição física do indivíduo começam a decair, fazendo com que a probabilidade dessas pessoas se inserirem em atividades informais. Isso é demonstrado pelo coeficiente positivo da variável idade ao quadrado. Nesse sentido, Cacciamalli (1982) apontou que a idade é um dos fatores que levam o trabalhador ao setor informal de trabalho, pois, quanto mais velho ele fica, menor é sua chance de continuar ou conseguir uma vaga no mercado formal de trabalho.

Tabela 5 - Efeitos marginais da regressão do modelo *probit* para o ingresso no mercado de trabalho informal da população de 18 a 70 anos do Paraná - 2009.

Variáveis	Regressão	Teste Z
Idade	-0,0267498	-9,89***
Idade ²	0,0003679	11,04***
Anos de Estudo	-0,0275404	-18,56 ***
Sexo (homem=1)	-0,0984702	-8,96 ***
Área de domicílio (urbano = 1)	-0,0276296	-17,09***
Idade em que começou a trabalhar (mais que 18 anos foi omitido)		
Menos de 9	0,0818816	3,92***
10 a 14	0,0523568	3,18**
15 a 17	0,0068413	0,40 ^{N.S}
Cor ou raça (branca foi omitida)		
Preta	-0,0112953	-0,37 ^{N.S}
Amarela	0,057704	0,91 ^{N.S}
Parda	-0,0222472	-1,69 ^{N.S}
Indígena	-0,0382425	-0,37 ^{N.S}
Tamanho da família (uma pessoa foi omitido)		
Duas pessoas	-0,014553	-0,54 ^{N.S}
Três pessoas	-0,0198855	-0,76 ^{N.S}
Quatro pessoas	0,0023561	0,09 ^{N.S}
Mais que quatro pessoas	-0,0102703	-0,37 ^{N.S}
Migrante =1	0,029357	0,21 ^{N.S}
Número de Observações		9724 ^{N.S}

Fonte: Elaboração do autor com base nos dados da PNAD/2009.

Nota: (***) Denota significância ao nível de 1%; (**) Denota significância ao nível de 5%; (*) Denota significância ao nível de 10%; (^{N.S}) Não Significativo.

Supondo que se trate de um profissional da área acadêmica, quanto mais velho se torna, mais acúmulo de conhecimento adquire, mas suas forças físicas vão se reduzindo na medida em que sua longevidade aumenta, até o ponto de se aposentar e encerrar a carreira. O mesmo acontece com os profissionais dos demais ramos de atividade, o que os diferencia é a atividade de ocupação. Supondo que se trata de um trabalhador que desempenha uma atividade que lhe exige muito esforço físico, por exemplo, os trabalhadores na construção civil, o tempo se torna o empecilho quando lhe rouba a disposição e as forças. Na falta de uma aposentadoria, ou na presença de uma baixa renda familiar, a única opção é praticar uma atividade informal.

A qualificação é o principal determinante para uma boa colocação no mercado de trabalho. Lino (2009) e Tafner (2006) mostraram a relação positiva entre capital humano (entendido como o acúmulo de conhecimentos, de habilidades, de escolaridade etc.) e rendimentos. Aqui, a inclusão da variável “anos de estudo” foi para verificar a influência que ela exerce sobre a probabilidade de um indivíduo estar inserido na informalidade no mercado de trabalho, uma vez que, segundo Cacciamalli (1982), o setor informal cria oportunidades de emprego para os indivíduos que não conseguem postos de trabalho com registro em carteira, sendo um dos motivos a baixa qualificação. Esperava-se, para essa variável, um coeficiente negativo, indicando o efeito positivo da escolaridade sobre a probabilidade de o indivíduo estar em uma ocupação formal. Isso foi o que se obteve, e com alta significância.

A inclusão da variável sexo foi para captar se a inserção no mercado de trabalho informal se dá em proporções diferentes para os dois sexos, e se as mulheres são mais propensas à informalidade no mercado de trabalho. Barros *et al.* (2001) e Lavinhas, Amaral e Barros (2000), dentre outros autores, apontam que, mesmo que as mulheres apresentem nível educacional superior ao dos homens, isso não significa que estão em melhor posição ou ocupação no mercado de trabalho, principalmente no que diz respeito à renda e à alocação. Acreditando que a mulher tem maior chance e maior facilidade de inserção em atividades informais, esperava-se um coeficiente negativo para essa variável binária, indicando que a mulher tem maior probabilidade de estar no mercado de trabalho informal em relação ao homem. A variável apresentou o sinal esperado, confirmando essa hipótese para as trabalhadoras paranaenses.

A variável situação do domicílio do trabalhador paranaense, identificada como urbano ou rural, também foi incluída, verificando a sua influência sobre a probabilidade de inserção no mercado informal de trabalho. O coeficiente negativo dessa variável ratifica que, para os moradores da área rural, a probabilidade de inserção na informalidade é maior quando comparada ao trabalhador residente na área urbana.

Com relação à idade em que a pessoa começou a trabalhar, optou-se por omitir a variável idade de ingresso “mais que 18 anos”, a fim de comparar os demais intervalos com essa idade e identificar a diferença na probabilidade de se estar no mercado de trabalho informal para os ingressantes antes e após ela. Os valores dos coeficientes são todos positivos, como esperado, indicando que todos os trabalhadores que começaram a trabalhar antes dos 18 anos têm maior probabilidade de estar na informalidade se comparados aos que começaram depois dos 18 anos de idade. Sendo assim, esses coeficientes corroboram a hipótese desta pesquisa de que, quanto mais cedo se ingressou no mercado de trabalho, maior é a probabilidade de se estar inserido na informalidade.

Pelos valores dos coeficientes tem-se que os trabalhadores que começaram a trabalhar com idade inferior a 10 anos têm aumentada a probabilidade de estarem na informalidade, quando comparados às pessoas ingressantes depois dos 18 anos de idade e também com relação às pessoas que começaram a trabalhar com idade entre 10 e 14 anos. Chama a atenção o fato do coeficiente referente ao grupo de pessoas que começou a trabalhar com 15 a 17 anos, embora tenha apresentado o sinal esperado, não foi significativo. Isso indica que a diferença na probabilidade de estar na informalidade entre as pessoas que começaram a trabalhar nessa idade e aquelas que começaram após os 18 anos não é significativa, fato que, muito provavelmente, está associado à proximidade das idades e, também, porque se está analisando dados de uma população com idade entre 18 e 70 anos, ou seja, a maioria dos indivíduos pertence a uma época em que a idade mínima permitida para o trabalho era de 14 anos.

As variáveis “cor” ou “raça”, “tamanho da família” e “migrante” não foram significantes e sua influência na condição do trabalhador no mercado de trabalho paranaense foi pequena a ponto de não ser captada pelo modelo. Mesmo assim é importante que estejam

inclusas no modelo por considerá-las variáveis de controle, ou seja, mesmo que não denotem significância, são variáveis representantes de características pessoais e que, de algum modo, podem influenciar na vida dos indivíduos, pois, se fossem tiradas, afetariam o resultado das demais.

5.2 Análise das simulações associadas à probabilidade de ingresso no trabalho informal em relação à idade que começou a trabalhar

Para verificar, de forma mais detalhada, a influência da idade em que a pessoa começou a trabalhar sobre a probabilidade dela estar inserida em uma atividade informal no mercado de trabalho em sua fase adulta, montou-se uma equação com todos os coeficientes da regressão *probit* multiplicados pelo valor médio da variável de interesse. Com o resultado, elaborou-se a Figura 2, que mostra as simulações realizadas para a variável explicativa idade de ingresso no mercado de trabalho na probabilidade de inserção no mercado de trabalho informal no Estado do Paraná.

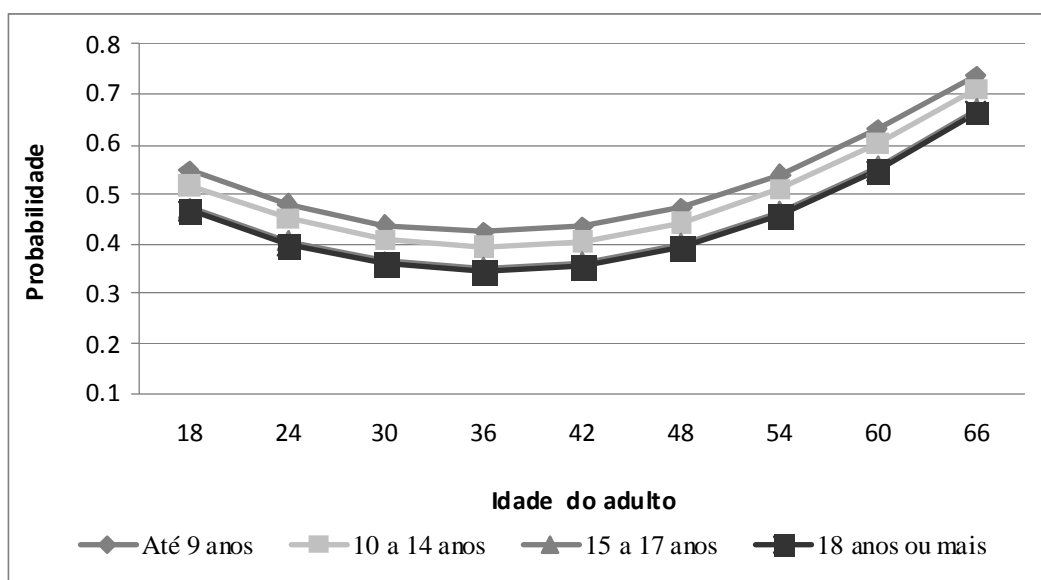


Figura 2: Simulação da probabilidade de ingresso no mercado de trabalho informal, com deslocamento da curva, a partir de alterações na idade de ingresso no mercado de trabalho.

Fonte: Elaboração do autor com base nos dados da PNAD/2009.

O deslocamento da curva para cima mostra que, quanto menor a idade de ingresso no mercado de trabalho, maior é a probabilidade de inserção na informalidade. Tomando-se, por exemplo, trabalhadores com idade de 24 anos e que ingressaram no trabalho com idade entre 15 e 17 anos, a probabilidade de que esses indivíduos estejam no mercado de trabalho informal aumenta em 1,68% comparando-se com os que ingressaram com 18 anos ou mais.

Tomando outros trabalhadores com mesma idade, mas que começaram a trabalhar entre 10 e 14 anos, a probabilidade de estarem no trabalho informal é de 13,03% a mais que aqueles que ingressaram com idade acima de 18 anos. Quando se comparam os extremos, ou seja, dois indivíduos de 24 anos, um que começou a trabalhar com menos de 10 anos e outro com mais de 18 anos, a probabilidade de estarem na informalidade passa de 0,46629 na idade maior que 18 anos para 0,54845 na idade menor que 10 anos, percebendo-se, assim, um

aumento nessa probabilidade de 20,37%. Isto é, quando se comparam os trabalhadores de 24 anos que ingressaram no mercado de trabalho com idade menor de 10 anos com aqueles que ingressaram com idade acima de 18 anos, os primeiros têm 20,37% a mais de probabilidade de estarem inseridos na informalidade.

Supondo indivíduos na idade de 48 anos, aqueles que começaram a trabalhar com idade entre 15 e 17 anos têm a probabilidade de serem informais aumentada em 1,70% quando comparados aos que ingressaram com mais de 18 anos. Para os ingressantes com 10 a 14 anos, essa probabilidade aumenta para 13,20% e chega a ser 20,64% maior para os que começaram antes de 9 anos de idade comparando-se com os ingressantes após os 18 anos de idade.

Um aspecto que ainda vale destacar, na simulação, diz respeito aos trabalhadores com idade de 66 anos. Para esses, a probabilidade de serem trabalhadores informais passa de 7,09%, no caso dos ingressantes com idade de 10 a 14 anos, para 10,81% quando o ingresso ocorreu com menos de 10 anos. Comparando os ingressantes com 15 e 17 anos com os ingressantes com mais de 18 anos, a diferença na probabilidade é de menos de 1% (0,9%), ratificando mais uma vez a insignificante diferença entre esses dois intervalos de idade de início no trabalho, principalmente para a população acima de 60 anos. Esse fato, na Figura 2, pode ser visto pela proximidade entre as curvas respectivas a esses dois intervalos etários.

Uma vez que o formato das curvas (parábola) mostra a relação idade e probabilidade de inserção no trabalho informal, percebe-se que, a partir de 18 anos, a probabilidade de ser trabalhador informal é decrescente até a idade de 36 anos. Isso indica que, quando o indivíduo entra para o mercado de trabalho, as suas chances de ser informal são maiores, mas que essas chances vão se reduzindo conforme ele vai amadurecendo, porém, a partir de 36 anos, a probabilidade de ser um trabalhador informal volta a ser crescente, aumentando concomitantemente com a idade do indivíduo. O deslocamento para cima das curvas denota o quanto a idade de ingresso no trabalho é influente sobre a probabilidade de ser um trabalhador informal, pois a curva daqueles que iniciaram a sua vida laboral antes do 9 anos atinge valores significativamente maiores que aqueles ingressantes após os 18 anos de idade, para todas as idades.

5 CONCLUSÕES

A proposta deste trabalho foi realizar uma análise sobre a relação entre trabalho na infância e inserção do trabalhador paranaense no mercado de trabalho informal. A hipótese inicial era a de que quanto mais cedo na vida um indivíduo começa a trabalhar, maior é a probabilidade de estar inserido numa atividade informal no mercado de trabalho quando adulto. A análise foi realizada com base nos dados extraídos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2009, referentes aos trabalhadores paranaenses na faixa etária de 18 a 70 anos.

Empregou-se a análise estatística descritiva a fim de identificar e verificar as principais características socioeconômicas dos trabalhadores, e o modelo econométrico *probit* para captar a influência dessas características sobre a sua ocupação no mercado de trabalho, com ênfase na idade de ingresso na atividade laboral.

Nas estimativas do modelo *probit*, as variáveis que representam as características individuais foram significativas e a maioria mostrou os sinais esperados. Dos resultados estatísticos constatou-se que os indivíduos trabalhadores com idade entre 18 e 70 anos, 45,47% estão em atividades que caracterizam o mercado de trabalho informal.

Ao identificar a idade de ingresso no trabalho, as estimativas do modelo para essa variável foram altamente significativas e apresentaram os sinais esperados, indicando que todos os trabalhadores que começaram a trabalhar antes dos 18 anos têm maior

probabilidade de estarem na informalidade se comparados aos que começaram depois dos 18 anos de idade, sendo essa probabilidade ainda maior para aqueles que começaram antes dos 14 anos de idade. Os resultados estatísticos, complementados pelos resultados econométricos, corroboraram a hipótese desta pesquisa de que, quanto mais cedo na vida se ingressou no mercado de trabalho, maior é a probabilidade de se estar, na vida adulta, inserido na informalidade.

Constatou-se que, do total de trabalhadores paranaenses, mais da metade (65,96%) hoje inseridos no mercado de trabalho informal ingressaram na atividade laboral com idade de até 14 anos e, desses, 20,16% eram ainda crianças com idade inferior a 10 anos. O menor percentual (11,48%) representa os indivíduos que ingressaram no trabalho com idade igual ou maior que 18 anos. Analisando-se a população informal total do Paraná, em 2009, pode-se dizer que 88,52% dessa população iniciou sua vida de trabalhadores ainda crianças ou adolescentes.

Não obstante, os trabalhadores do setor formal apresentaram características similares. O mais relevante é o fato de que, nesse setor, uma população maior de trabalhadores começou a trabalhar somente a partir dos 18 anos de idade, ou seja, 20,37% dos trabalhadores. Ao se comparar as faixas etárias de inserção no trabalho em ambas as condições, tem-se que os trabalhadores que começaram a trabalhar após os 18 anos de idade no setor formal constituem quase o dobro da população na mesma condição do setor informal. Inversamente, quando observado o intervalo de menor idade, tem-se que os trabalhadores do setor informal ingressantes no trabalho com menos de 10 anos de idade constituem quase o dobro da população com a mesma característica do setor formal.

A baixa remuneração e as condições inferiores de trabalho oferecidas pela maioria das atividades informais acabam por gerar problemas ainda mais intensos e duradouros. Famílias pobres, sem condições de qualificar os seus membros, ocupam postos de trabalhos com renda baixa, fazendo com que todos os membros, inclusive mulheres e crianças, tenham que trabalhar para complementar a renda.

As pesquisas que discutem o trabalho infantil relatam que as vítimas do trabalho precoce, em sua maioria, abandonam a escola em prol do trabalho, mesmo sabendo da importância da educação para um futuro melhor. Nos casos que envolvem o trabalho de crianças e adolescentes é fácil dizer que estão em inconformidade com as leis e que os pais precisam ser penalizados, no entanto, quando se trata da sobrevivência, os indivíduos, sejam os pais e até mesmo as próprias crianças, têm um problema a ser solucionado no curto prazo. É a necessidade de bens básicos que naquele momento fazem com que os benefícios futuros da educação sejam trocados pelo trabalho no presente.

Partindo da premissa de que a educação é uma das ferramentas com a qual o indivíduo pode alcançar a ascensão da condição de vida, esse ciclo que envolve pobreza (trabalho informal – baixa renda familiar – trabalho infantil – não escolarização – trabalho informal – renda baixa e novamente trabalho infantil) precisa ser quebrado com políticas eficazes de distribuição de renda, de combate ao trabalho infantil e de incentivo à frequência escolar.

Juntamente com bons empregos e renda suficiente, é necessária também a conscientização da sociedade em geral contra a aceitação de emprego de crianças e de adolescentes. É fundamental que o país como um todo se conscientize de que a criança deve estar na escola se preparando para um futuro promissor, e que trabalho precoce pode causar danos irreversíveis à sociedade, entre eles a perpetuação da pobreza e da informalidade. Deixar de perceber os abusos sofridos pelos precoces trabalhadores, além de empobrecer a sociedade, acaba destruindo o capital humano necessário ao crescimento futuro da economia nacional, bem como de qualquer economia.

REFERÊNCIAS

- ANTUNIASSI, M. H. R. *Trabalho infantil e escolarização no meio rural*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983. 135 p.
- AQUINO, J. M. et al. Trabalho infantil: persistência intergeracional e decomposição da incidência entre 1992 e 2004 no Brasil rural e urbano. *Revista Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 61-84, jan./abr. 2010.
- BARROS, R. P. de et al. *Inserção no mercado de trabalho: diferenças por sexo e consequências sobre o bem-estar*. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. 32 p. (Texto para discussão, n. 796).
- BARROS, R. P.; MENDONÇA, R. S. P.; VELAZCO, T. *Is poverty the main cause of child work in urban Brazil?* Rio de Janeiro: IPEA, 1994. 26 p. (Texto para discussão, n. 371).
- BASU, K.; TZANNATOS, Z. The global child labor problem: what do we know and what can we do? *The World Bank Economic Review*, v. 17, n. 2, p. 147-173, 2003.
- BRASIL. Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da criança e do adolescente. *Diário Oficial [da] União*, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L8069.htm>>. Acesso em: abr. 2008.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Orientações técnicas: gestão do programa de erradicação do trabalho infantil no SUAS*. Brasília, 2010. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/gestaodainformacao/biblioteca/secretaria-nacional-de-assistencia-social-snas/cadernos/orientacoes-tecnicas-gestao-do-programa-de-erradicacao-do-trabalho-infantil-no-suas/pet-01-baixa.pdf/view?searchterm=trabalho infantil>>. Acesso em: 15 abr. 2011.
- CACCIAMALI, M. C. *Um estudo sobre o setor informal urbano e formas de participação na produção*. São Paulo, 1982. 163 p. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade de São Paulo, 1982. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12138/.../MariaCCacciamaliTese.pdf>>. Acesso em: 25 maio 2010>.
- CORSEUIL, C. H.; SANTOS, D. D. *Determinantes da renda do trabalho no setor formal da economia brasileira*. Rio de Janeiro: IPEA, 2002. 32 p. (Texto para discussão, n. 885).
- FERRO, A. R. *Avaliação do impacto dos programas de bolsa escola no trabalho infantil no Brasil*. 2003. 92 p. Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada) - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Piracicaba, 2003.
- _____. *Jovens e adultos no mercado de trabalho: impacto dos programas de transferência condicional de renda e uma análise agregada usando séries temporais*. 2007. 89 p. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Piracicaba, 2007.
- GREENE, W. H. *Econometric analysis*. New York: Macmillan Publishing Company, 2003. 791 p.
- IBGE. *Pesquisa nacional por amostra de domicílios - PNAD: 2006*. Rio de Janeiro, Disponível em: <<http://www.ibge.org.br>>. Acesso em: jul. de 2010.
- IBGE. *Pesquisa nacional por amostra de domicílios - PNAD: 2009*. Rio de Janeiro, 2010. Microdados. Disponível em: <<http://www.ibge.org.br>>. Acesso em: nov. 2010.
- IBGE. *Pesquisa nacional por amostras de domicílio. Notas Metodológicas*. 2009.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION. *Accelerating action against child labour: global report under the follow-up to the ILO Declaration on Fundamental Principles and Rights at Work*. International Labour Conference, 99th, Geneva, 2010.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. *Mapa do trabalho infanto-juvenil no Paraná*. Curitiba, PR: IPARDES, 2007. 180p.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Nota técnica: Sobre a recente queda da desigualdade de renda no Brasil*. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em: jun. 2007.

KASSOUF, A. L. *O efeito do trabalho infantil para os rendimentos e a saúde dos adultos*. 2000. 14 p. Disponível em: <<http://www.cepea.esalq.usp.br/pdf/sbe2000.pdf>>. Acesso em: 29 maio 2007.

KASSOUF, A. L. *Aspectos sócio-econômicos do trabalho infantil no Brasil*. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, 2002. 124 p.

KON, A. *Transformações na indústria de serviços: implicações sobre o trabalho*. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DO TRABALHO, 5., 1997, Rio Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ABET, 1997. 1 CD-ROM.

LAVINAS, L.; AMARAL, M. R. do.; BARROS, F. *Evolução do desemprego feminino nas áreas metropolitanas*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. 34 p. (Texto para discussão, n. 756).

LINO, L. S. *Diferencial de rendimentos entre os empregados especializados e não-especializados na cultura de cana-de-açúcar no Estado de São Paulo*. 2009. 128 p. Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada) - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz/ USP. Piracicaba, 2009.

MENEZES NETO, J. *Análise de impacto do programa de erradicação do trabalho infantil-PETI, quanto aos seus objetivos e resultados para o qual foi concedido*. 2002. 55 p. Trabalho de conclusão de curso (Especialização em políticas pública) - Universidade de Brasília, Núcleo de estudos de políticas públicas. Brasília, 2002.

MOURA, E. B. B. de. Crianças operárias na recém-industrializada São Paulo. In: PRIORE, M. D. (Org.). *História das crianças no Brasil*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2004. p. 259-288.

NICOLELLA, A. C. *Um olhar econômico sobre a saúde e o trabalho infantil no Brasil*. 2006. 167 p. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz/ USP. Piracicaba, 2006.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *Trabalho decente nas Américas: uma agenda hemisférica, 2006-2015*. Brasília: OIT, 2006a. 101 p.

_____. *O fim do trabalho infantil no Brasil: um objetivo ao nosso alcance*. OIT: 2006b. 136 p.

POCHMANN, M. *Pesquisador do IPEA diz que a informalidade suaviza crise social*. Entrevista [25/03/2008]. Entrevistador: Mídia Max. IPEA, 2008. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/003/00301009.jsp?ttCD_CHAVE=4129>>. Acesso em: 25 ago. 2009.

RAMOS, L. *A evolução da informalidade no Brasil metropolitano: 1991-2001*. Rio de Janeiro: IPEA, 2002. (Texto para discussão, n. 914).

SOUZA, E. L. C. *Trabalho infantil e sua influência sobre a renda e a escolaridade da população trabalhadora do Paraná*. Campo Mourão, 2007, 55 p. Monografia (Graduação) – Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão/ FECILCAM, 2007.

TAFNER, P. (Ed.) *Brasil: o estado de uma nação* – mercado de trabalho, emprego e informalidade. Rio de Janeiro: IPEA, 2006. 533 p.

Recebido em: 19 de novembro de 2010

Aceito em: 8 de setembro de 2011